



**ATA DA REUNIÃO DE
CATORZE DE JULHO DE 2020**

-----No dia catorze de julho do ano de dois mil e vinte, no Auditório da Casa da Cultura de Góis, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Maria Helena Antunes Barata Moniz e António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.-----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – AUTOMÓVEL CLUBE DE PORTUGAL CLÁSSICOS/500 MILHAS ACP 2020-----

3.3 – CAMPANHA DE ESTERILIZAÇÃO GRATUITA DE ANIMAIS DE COMPANHIA/PROPOSTA-----

3.4 – REQUALIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ANTÓNIO FRANCISCO BARATA/INTERVENÇÃO NA COBERTURA-----

3.5 – APIN/ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ALVAIÁZERE, ANSIÃO, CASTANHEIRA DE PERA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, GÓIS, LOUSÃ, PAMPILHOSA SERRA, PEDRÓGÃO GRANDE, PENACOVA, PENELA, VILA NOVA DE POIARES E A APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, E.I.M., S.A. PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS-----

3.6 – APIN - MANUAL DE PROCESSOS DE LOTEAMENTO-----

- 3.7 – PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE/NUNO MIGUEL SILVA FERNANDES-----
- 3.8 – EDP/REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-----
- 3.9 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/CARLA SUSANA LOPES ANTUNES-----
- 3.10 – OBRAS PARTICULARES/COOPERATIVA SOCIAL E AGRO-FLORESTAL DE VILA NOVA DO CEIRA, CRL,-----
- 3.11 – OBRAS PARTICULARES/ADVANCED GREEN – ENGENHARIA NATURAL E URBANA, LDA-----
- 3.12 – OBRAS PARTICULARES/AIRES SIMÕES FELIZARDO-----
- 3.13 – OBRAS PARTICULARES/JOSÉ MARIA FERREIRA-----
- 3.14 – PROC. 2018/500.10.408/2/AUTO DE VISTORIA-----
- 3.15 – 10ª ALTERAÇÃO (PERMUTATIVA) AO ORÇAMENTO/ANO DE 2020-----
- 3.16 – 6ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO DE 2020-----
- 3.17 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----
- 3.17.1 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis -----
- 3.17.2 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis-----
- 3.17.3 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis -----
- 3.17.4 – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra-----
- 3.17.5 – Associação Educativa e Recreativa de Góis-----
- 3.17.6 – Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã-----
- 3.18 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL-----
- 3.18.1 – Freguesia de Vila Nova do Ceira -----
- 3.19 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA-----
- 4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----
- 1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----
- 1.1 – FALTAS – Não houve.-----
- 1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção solicitando que seja cumprido o Regimento da Câmara Municipal no sentido da presente reunião finalizar pelas 13.00 horas em virtude da existência de reuniões no período da tarde sendo que o senhor Vice-Presidente estará presente na reunião a realizar na CIM RC na qual irá ser tratada e discutida a questão da rede de transportes públicos, efetuada pela empresa TRANSDEV, onde estarão todos os Municípios onde a

empresa presta serviço.-----

-----De seguida, propôs ao Executivo a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do Chefe José Augusto Dias Fernandes, do Corpo de Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo, que perdeu a vida na luta contra o incêndio, no passado sábado na serra da Lousã, manifestando os sentidos pêsames à família pela sua irreparável perda, bem como aos seus colegas do Corpo de Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar, o Voto de Pesar, manifestando total solidariedade e profundo pesar à família pela sua irreparável perda, bem como ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo.-

-----Referiu que sobre a questão dos incêndios desejava deixar uma nota porquanto lhe foi reportado que, recentemente, ocorreram dois incêndios em concelhos limítrofes ao nosso, tendo nessas duas vezes saído três viaturas de combate a incêndios. Referiu que estamos na época mais quente do ano, verificando-se uma situação meteorológica de risco extremo, sendo que numa possível ocorrência de incêndio no concelho não se pode ter a maior parte de viaturas de combate fora de Góis. Mais referiu que apesar de ser apologista que nos devemos associar a outras corporações no combate a incêndios, terá que verificar junto de quem de direito os procedimentos que estão a ser tomados quanto à disponibilidade de viaturas. Referiu que fez alusão a esta situação por entender que estando três viaturas ausentes poderá ser demasiado perigoso, podendo mesmo perigar a situação de segurança no concelho de Góis, porquanto ficamos desprovidos de meios. Neste sentido, referiu que irá colocar o que lhe foi reportado ao senhor Comandante da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis, bem como ao senhor Comandante Operacional Distrital para que lhe seja esclarecido se a informação que lhe foi transmitida corresponde à verdade para que possa informar devidamente e verdadeiramente quando lhe reportarem situações idênticas.-----

-----Referiu que no próximo dia 22 de julho Góis irá acolher o programa em direto das 7 Maravilhas de Portugal – 7 Maravilhas da Cultura Popular, porquanto no distrito de Coimbra existem vários concelhos a concorrer alguns com mais do que uma candidatura a este concurso, salientando ser um orgulho sermos escolhidos pela RTP para a

acolhermos este programa. Referiu que o programa terá lugar no exterior da Casa da Cultura, havendo momentos de filmagem no exterior do concelho. -----

-----Referiu que a esplanada da Fazenda da Avó Thomázia na Praia Fluvial da Peneda irá abrir no dia de hoje, sendo este espaço explorado pelo mesmo concessionário do passado ano, sendo a metodologia de pagamento idêntica à dos anos anteriores, ou seja, diretamente aos herdeiros do espaço em causa. Referiu a intenção da Câmara Municipal em adquirir o imóvel em causa existindo disponibilidade por parte dos herdeiros para que se reúna no sentido de se iniciar conversações sobre o assunto.-----

-----Referiu que no âmbito da 24ª edição do GóisOrosoArte desejava renovar o seu reconhecido agradecimento a todos os Artistas que se associaram à exposição coletiva, agradecimento extensivo e reconhecido ao Artista Armando Martinez pela colaboração no contacto com os Artistas, bem na montagem e desmontagem da Exposição coletiva. Prevaleceu-se da oportunidade para agradecer reconhecidamente aos trabalhadores da Câmara Municipal que estiveram ao serviço no dia da inauguração, bem como todos quanto deram o seu apoio na organização deste evento.-----

-----No âmbito da Geminação com Município de Oroso referiu que esteve presente na inauguração D. Manuel Mirás Franqueira, Alcaide de Oroso, renovando na sua pessoa o agradecimento ao Concello de Oroso pela sua participação neste certame com obras da Galiza, sendo que durante o mês de setembro também Góis irá participar com vinte e cinco obras no evento a realizar em Oroso. -----

-----Referiu que esteve também presente na inauguração a senhora Dr.ª Suzana Menezes, Delegada Regional da Cultura, tendo sido lançado o desafio ao Município de Góis para apresentar uma candidatura ao Aviso CENTRO-14-2020-12 “Programação Cultural em Rede”, promovido pela Delegação Regional Cultura. Neste sentido, referiu que a Câmara Municipal irá ter uma Equipa para elaboração da candidatura, realçando não ter conhecimento suficiente para que possa prestar mais esclarecimentos, nomeadamente no que concerne à apresentação de candidaturas por entidades privadas, estando a Câmara Municipal recetiva a colaborar ou se possível a fazer uma candidatura conjunta onde se possa integrar algumas atividades e ações de outras

entidades do concelho, sobretudo de direito privado, cujo seu objeto social seja a cultura.-----

-----Referiu que o Município de Góis foi convidado pelo Município de Condeixa para expor no Museu PO.RO.S - Museu Portugal Romano em Sicó, algumas obras patentes na exposição, tendo sido também endereçado convite para que também se exponha parte das obras no Museu do Vinho da Bairrada. Salientou que quanto mais se divulgar este evento, o qual conta com 24 edições, mais enriquecerá a candidatura bem como reconhecido o mérito da mesma.-----

-----Terminou a sua intervenção, referindo que a exposição coletiva do Góis Oroso Arte estará patente ao público, nas Galerias da Casa do Artista, até 13 de Agosto, Dia do Município de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que a senhora Maria Alice Antunes, empresária com um estabelecimento comercial no Pólo de Cortes, solicitou que intercedesse junto da senhora Presidente relativamente ao licenciamento do muro em sua propriedade e ao muro e barreira que em tempo de intempéries se verificam situações menos agradáveis, situações estas do conhecimento da Câmara Municipal. -----

-----Relativamente à rede wifi na localidade do Colmeal referiu que a Câmara Municipal disponibilizou gratuitamente em alguns espaços o acesso à mesma, sendo que no âmbito da Pandemia COVID-19 houve um aumento da população verificando-se alguma dificuldade no acesso à rede wifi. Referiu que alguns moradores do Colmeal o interpelaram no sentido de questionar se a Câmara Municipal poderia junto da Altice solicitar uma melhor cobertura da rede de internet a qual poderá passar pela colocação de fibra nesta zona. -----

-----Relativamente à Rua do Celeiro referiu que a instalação de candeeiros colocada no âmbito do Góis Oroso Arte 2019 necessita de reparação de alguns dos candeeiros, pelo que sugeriu que os mesmos fossem substituídos para que esta instalação possa estar nas devidas condições. -----

Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que na anterior reunião da Câmara Municipal a senhora Presidente referiu que, no período da tarde, iria estar presente na reunião do Conselho Geral da ANMP fazendo parte da ordem de trabalhos a Descentralização Administrativa, pelo que solicitou informação sobre a discussão do referido assunto.-----

-----Relativamente ao parquímetro existente na Praça da República referiu que se o mesmo ainda não se encontra em funcionamento dever-se-á colocá-lo a funcionar, ou caso se opte pelo seu não funcionamento, como é visível até à data desde a sua colocação, deverá ser o mesmo tapado ou colocar informação a informar que está fora de serviço, de maneira a não induzir em erro quem ali estaciona. -----

----Relativamente à lavagem dos contentores do lixo, assunto por si mencionado várias vezes, referiu que na sua última abordagem foi comunicado que o serviço se iria realizar após o dia 15.07.20 pelo que questionou se efetivamente é esta a data prevista para os trabalhos.-----

----Sobre esta questão, a senhora Presidente informou que os trabalhos tiveram início no dia 13.07.20. -----

-----A senhora Vereadora referiu que uma outra questão que teria para colocar era sobre a abertura da Esplanada da Fazenda da Avó Thomázia na Praia Fluvial da Peneda porquanto podemos considerar que já estamos na chamada época alta, sendo que no presente ano a mesma não será assim tão alta fruto dos condicionantes no âmbito da Pandemia COVID-19, porém a senhora Presidente já deu conhecimento da sua abertura no dia de hoje, o que se torna numa mais valia para quem nos visita. Ainda sobre espaços balneares referiu que teve a oportunidade de in loco verificar os trabalhos realizados na Praia de Ponte do Sótão sendo que apesar da obra ainda não estar concluída pôde verificar que já se encontram edificadas as instalações sanitárias. Neste sentido, referiu que as mesmas se encontram fechadas aos banhistas que frequentam este espaço de lazer pelo que questionou para quando é que está prevista a sua abertura uma vez que há necessidade de estarem disponíveis para utilização dos veraneantes, tendo em conta que foram retirados do local os wc's amovíveis. -----

-----Terminou a sua intervenção questionando quando é que o Executivo terá conhecimento das medidas de apoio aos empresários do concelho estabelecidas pela Câmara Municipal no âmbito da Pandemia COVID-19, porquanto entende ser neste período que os mesmos necessitam de algum incentivo para dar continuidade à sua atividade comercial.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que apesar de reiterar constantemente a urgência de realização de alguns trabalhos, irá continuar a ter essa mesma posição, por entender não haver justificação para que alguns assuntos continuem sem qualquer intervenção. Abordando a situação com alguma ironia, em relação à limpeza da circular externa referiu que esteve de férias, num período de duas semanas, tendo ficado com a esperança de quando voltasse a circular na mesma se deparasse com um outro cenário. Porém, fruto das caminhadas que fez utilizando aquele percurso, foi-se apercebendo que efetivamente não houve qualquer tipo de alteração. Referiu que o que se pode constatar é que existem zonas em que somente é visível o acumular de ervas não se visualizando o piso dos passeios ali existente, pelo que sugeriu existindo naquela zona o alojamento “Quintinha do Carvalhal” a atual situação de excesso de erva nos passeios até poderá incentivar a que se faça um percurso exótico numa ótica de promoção de um pacote turístico no sentido de dar a conhecer algumas plantas e flores ali existentes. Face ao exposto, referiu que, passados dois meses desde que o assunto foi abordado, conforme explanado nas Atas, não pode se conformar com a resposta da senhora Presidente que os serviços informaram que não há pessoal disponível para a realização dos trabalhos, podendo até aceitar que não haja pessoal disponível para a realização de todos os trabalhos necessários, porém poderá recorrer-se a uma empresa externa para a execução dos mesmos. Referiu que existem empresas no concelho que podem fazer esse trabalho, tendo para o efeito apresentado como referência um munícipe jovem, que criou a sua empresa, não tendo sido preciso deslocar-se à Câmara Municipal para solicitar um posto de trabalho, recrutou alguns jovens para o ajudarem e pelo o conhecimento que tem exerce com competência as suas funções, tendo este jovem empresário apresentado o seu projeto à Câmara Municipal, foi

completamente ignorado. Face à sua exposição referiu que, efetivamente há trabalhos que se podem realizar em tempo útil por empresas externas à Câmara Municipal, realçando que a demora da realização destes podem não promover a boa imagem de Góis pelo que é tempo de resolução desta situação. -----

-----Uma outra situação recorrente objeto das suas intervenções, é efetivamente o passeio entre a Peneda e a Fazenda da Avó Thomázia o qual foi rematado em alguns sítios, porém não houve o cuidado de se efetuar um bom trabalho para que quem por ali circula o faça sem que corra o risco de não se magoar. Ainda sobre este espaço e toda a sua envolvência, referiu que antes da abertura oficial da época balnear falou-se das medidas para estes espaços balneares no âmbito da Pandemia COVID-19, sendo que relativamente à circulação de pessoas pelo que se pode constatar no percurso da esplanada para o açude da Peneda é que há uma afluência de pessoas em ambos os sentidos, não tendo sido colocada indicação de como deverá ser feita a circulação de pessoas, ou seja, entrada/saída, nem qualquer tipo de informação sobre esta matéria, apenas existem alguns cartazes os quais foram colocados em todas as praias. Face ao exposto, referiu que a Câmara Municipal deveria colocar no piso como é que se deveria circular no sentido de se cumprir a legislação nesta matéria, sendo que dever-se-ia ter essa mesma preocupação, devendo o cidadão comum ter também a mesma, pelo que deverá ser equacionada a possibilidade de tomar algum procedimento sobre este assunto. -----

-----De seguida, endereçou as suas felicitações à Cooperativa Social e Agro-Florestal de Vila Nova do Ceira pelo projeto para o “Hotel do Mel - Casa da Costeira” o qual irá permitir a criação de uma infraestrutura hoteleira no concelho de Góis sendo a mesma uma mais valia em termos turísticos para o concelho.-----

-----Relativamente à rede de transportes públicos que serve o concelho referiu que efetivamente alguma coisa terá que ser feita no imediato para colmatar a ineficiência dos serviços prestados pela empresa com quem a Câmara Municipal tem um contrato. Referiu que as suas palavras se consubstanciam no facto de ter sido exposto à sua pessoa uma situação de um munícipe em que os seus familiares se deslocaram na rede de

expressos de Lisboa até Coimbra tendo sido informados da inexistência de transporte público rodoviário com destino a Góis, tendo como opção uma ligação até a Vila Nova de Poiares e daí irem até Góis por outros meios particulares, o que efetivamente levou a que os mesmos regressassem de imediato a Lisboa. Referiu que efetivamente se trata de uma situação lamentável, realçando não ter conhecimento se existe informação sobre alternativas existentes, como é o caso do transporte a pedido, salientando não saber se toda a informação relativa a transportes que servem o concelho está devidamente divulgada. Pelo que, informou o munícipe que, no dia de hoje iria se realizar reunião da Câmara Municipal, onde poderia expor esta situação no sentido de lhe serem prestados os melhores esclarecimentos.-----

-----Terminou a sua intervenção, referindo a necessidade de colocação de um raile de proteção no acesso de Góis ao Liboreiro, nomeadamente na zona direita do percurso para quem sobe, no local onde recentemente houve um corte de árvores, porquanto se trata de uma situação bastante perigosa para quem por ali circula podendo ser objeto de ocorrência de algum acidente.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que no que concerne à rede de transportes públicos que serve o concelho estamos a viver um período de grande instabilidade sendo que apesar da preocupação da Câmara Municipal em evitar esta situação com recursos a viaturas da Autarquia não conseguimos evitar algumas situações menos boas, nomeadamente na linha Coimbra-Góis, no horário das 18.15 horas. Referiu que pela informação que lhe foi disponibilizada essa linha já se encontra reativada, salientando que no âmbito da Pandemia COVID-19 a empresa suspendeu um conjunto de linhas, por falta de passageiros, as quais após período de confinamento têm vindo gradualmente a ser reativadas. Referiu que, no dia de hoje, irá estar presente na reunião sobre a rede de transportes públicos na CIM RC pelo que terá um conhecimento mais profundo de quais as linhas que já se encontram reativadas para a prestação de melhores esclarecimentos. Referiu tratar-se de um assunto cuja sua resolução não é de todo fácil, referindo que existem constrangimentos de várias ordens, sendo que uma das soluções passa pelo município assumir o compromisso patente do protocolo celebrado com a

Transdev, o financiamento dos serviços prestados no concelho, o qual tem vindo a ser cumprido. Referiu que desde janeiro do presente ano a Câmara Municipal interrompeu o pagamento dos serviços prestados uma vez que houve uma proposta de um aumento significativo do pagamento da prestação de serviços o qual não corresponde ao que foi protocolado, pelo que será um dos assuntos que irá ser objeto de discussão na referida reunião. -----

----Relativamente ao transporte a pedido referiu que o mesmo somente é efetuado nas povoações onde não existem linhas do circuito do transporte público de passageiros, sendo que no concelho de Góis existem várias localidades que são abrangidas pelo transporte a pedido. Referiu pela informação que tem este transporte não tem tido muita assiduidade por parte dos munícipes, realçando que para a sua utilização o munícipe terá que efetuar o pedido no dia anterior à saída que deseja efetuar, sendo também este assunto irá ser objeto de discussão na citada reunião porquanto deve o mesmo ser também reativado. -----

-----Ainda sobre transportes públicos referiu que se devia equacionar a hipótese de ponderar celebrar uma parceria com as linhas que servem o metro Mondego no concelho da Lousã, sendo os meios que a Câmara Municipal tem eram os suficientes para ser feita a articulação entre ambos os municípios, para que houvesse uma maior oferta de transportes públicos no concelho.-----

----A senhora Presidente relativamente à situação do talude existente do Pólo Industrial de Cortes referiu que a Câmara Municipal assumiu que irá concluir o que dizem que ficou por concluir. Referiu que a Câmara Municipal tem um estudo para os trabalhos a realizar cujo orçamento tem um valor significativo para o orçamento municipal, realçando entender que é uma mais valia para a infraestrutura que ali se criou uma vez que todo o investimento ao nível das aquisições dos lotes e da infraestruturação foi da Câmara Municipal. Referiu lamentar que os trabalhos ainda não estejam concluídos, sendo que ao longo de onze anos a Autarquia tem feito nesta zona industrial alguns investimentos, bem como colaborar com alguns empresários que investem nesta zona. Estando presentes na reunião a senhora Chefe da DGUPA e os dois elementos que integram o GAP

solicitou que se retomasse o processo no sentido de se ter conhecimento se há condições para que os trabalhos sejam feitos por administração direta e, caso não o haja, seja a mesma feita por uma empresa externa no sentido de obra ser realizada até ao final do presente ano. Referiu que a Câmara Municipal tem tido um conjunto de despesas com as quais não estávamos a contar não somente no presente ano, mas também em anos anteriores. Referiu estar admirada por presentemente não terem sido reclamadas algumas situações como o muro de Ádela porquanto é uma situação perigosa, bem como a estrada de Ádela a Açor, o muro da Monteiro, bem como a situação numa das margens da Praia Fluvial das Canaveias, pelo que hoje não se reclama as situações que elencou para as quais cerca de trezentos mil euros provavelmente não serão suficientes. Referiu que para todas as situações apontadas é necessário haver disponibilidade financeira, sendo um facto que todo o Executivo é conhecedor do orçamento municipal, pelo que o procedimento que tem sido tomado é dar prioridade às situações que podem colocar em perigo pessoas e bens. Terminou o assunto, referindo que irá honrar o seu compromisso desejando que seja até ao final do ano em curso, caso não haja essa possibilidade será com certeza até ao final do seu mandato.-----

-----Relativamente à situação na rede wifi no Colmeal referiu que todos os eleitos têm o dever moral e institucional de transmitir o que corresponde à verdade, pelo o que se diz sobre a rede de wifi na referida localidade não é verdade. Referiu que a Câmara Municipal investiu em ter o acesso a wifi livre em todo o concelho nomeadamente nas sedes de freguesia e também nas localidades com um maior número de habitantes. Referiu que para se ter internet nas habitações particulares deve o proprietário solicitar a mesma à empresa que desejar e efetuar o pagamento por conta própria, realçando que quem optou pelo teletrabalho deverá comunicar à sua entidade patronal que tem dificuldades no acesso à internet. Referiu que apesar de ter havido um aumento da população em algumas zonas do concelho devido à Pandemia não é da responsabilidade da Câmara Municipal fazer a ligação da internet devendo quem desejar usufruir da mesma contactar a empresa e efetuar o pagamento do serviço prestado. -----

-----Relativamente à situação apontada na Rua do Celeiro referiu que já providenciou a



mudança dos candeeiros danificados aguardando que o electricista da Câmara Municipal esteja disponível para realizar os necessários trabalhos.-----

-----Relativamente à descentralização de competências referiu que irá dar indicação para que o documento facultado seja reencaminhado à senhora Vereadora e ao restante Executivo. -----

-----Relativamente à questão do parquímetro na Praça da República subscreve as palavras da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, realçando não disponibilizar de informação para prestar os necessários esclarecimentos, contudo a senhora Chefe da DGUPA e o senhor Vice Presidente devem saber o porquê de o mesmo ainda não estar em funcionamento.-----

-----Relativamente às instalações sanitárias na Praia de Ponte do Sótão referiu que tanto o senhor Vice Presidente, como a senhora Chefe da DGUPA e o senhor José Marques, gestor do contrato, são as pessoas que devem proceder aos esclarecimentos necessários, sendo que como a obra ainda não foi entregue pelo que não tem conhecimento se poderão as referidas instalações ser abertas ao público. -----

-----Relativamente ao apoio aos empresários referiu que na passada quinta feira a Equipa reuniu para verificar o documento, sendo que naturalmente irão existir apoios. Referiu que estamos a envidar esforços para realizar uma reunião com todos os empresários do concelho para que saibamos como é que vamos objetivar a tipologia de apoios, ou seja, a quem e como, uma vez que não desejamos correr o risco de prejudicar alguns e beneficiar mais outros. Referiu que tem contactado outros municípios para ter conhecimento de alguns procedimentos que têm tomado, sendo que também em sede da CIM RC irá colocar essa mesma questão, para seja presente ao Executivo um documento para apreciação e deliberação. Referiu que efetivamente os empresários terão que fazer prova das despesas que tiveram enquanto estiveram encerrados, tendo partilhado esta questão com o senhor Consultor Jurídico, tendo obtido como resposta que quanto à questão de fazer a prova terá que se solicitar o IRS para que se possa comparar com o período homologado de anos anteriores, não sabendo se as pessoas estarão disponíveis para esta situação, porém terão de existir alguns critérios, pelo que

terá de ser um assunto bem estudado para se possa deliberar sobre o mesmo.-----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que para que as instalações sanitárias da Praia da Ponte Sótão funcionem é necessário que o sistema de drenagem de águas residuais esteja a funcionar, havendo um local para recolha e também prevista a extração, sendo esta a última etapa porquanto a mesma será feita através da ponte recentemente construída e do acesso, não tendo conhecimento se os trabalhos já se encontram concluídos, pelo que caso já estejam concluídos nada obsta para que os balneários os wc's funcionem. Referiu que efetivamente o empreiteiro terá que dar autorização para uso das instalações em virtude de a obra ainda não ter sido rececionada.-----

-----Dada a palavra, o senhor José Manuel Marques referiu que presentemente é que teve conhecimento que era gestor do contrato da referida empreitada, mencionando que apenas interveio no final da obra por causa da questão relacionada com a eletricidade.--

-----A senhora Presidente questionou a senhora Chefe da DGUPA se confirma se o trabalhador José Manuel Marques só teve agora conhecimento que é gestor do contrato.-

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DGUPA referiu que normalmente é prática do gabinete jurídico da Câmara Municipal dar conhecimento aos trabalhadores que são gestores do contrato. Relativamente às instalações sanitárias referiu que contactou, no dia de ontem e também no dia de hoje, o empreiteiro e o trabalhador Luís Anjos para colocação do contador para que as instalações sanitárias entrem em funcionamento assumindo o empreiteiro o funcionamento das mesmas. -----

-----A senhora Presidente referiu que a obra ainda não foi rececionada estando o empreiteiro em incumprimento para com a Câmara Municipal, pelo que a melhor hipótese é à semelhança do ano transato a colocação dos wc's amovíveis. -----

-----Relativamente às intervenções do senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu que existem situações que tardam em se resolver, contudo não poderá concordar, ainda que seja de forma irónica, com o passeio exótico sendo um atentado à memória de José Girão Vitorino, uma vez que a circular externa tem o topónimo do saudoso Presidente da Câmara Municipal, porém poderemos sempre pensar em criar um

passo exótico no concelho e até aceita que lhe apresentem uma proposta para uma das freguesias. -----

-----Relativamente à questão das empresas que efetuam serviços de limpeza de floresta e outros referiu que não poderá falar daquilo que não tem conhecimento, mas como o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio sabe na passada semana reuniu com o senhor José Victor Mata Simões que apresentou a empresa, tendo sido alguns trabalhos no âmbito das limpezas entregues a empresários do concelho de Góis, tendo para o efeito elencado os mesmos e as empresas que se encontram a efetuá-los, pelo que como Presidente da Câmara Municipal tem dado a oportunidade às empresas do concelho para a prestação dos serviços nesta área. -----

-----Relativamente à circulação de pessoas no passeio que serve a Fazenda da Avó Thomázia e a Praia Fluvial da Peneda referiu que irá juntamente dos serviços verificar qual o melhor procedimento a ser tomado tendo em conta as medidas da DGS.-----

-----Relativamente ao raile de proteção na via de acesso ao Liboreiro referiu que o senhor Chefe do GAP já tomou conta do assunto há algum tempo havendo para o efeito uma proposta de orçamento. -----

Relativamente à questão da existência de pessoas no concelho que criam o seu próprio emprego em vez de irem à Câmara Municipal pedir um emprego, nem desejam qualquer tipo de contrato de emprego inserção (CEI) e outras medidas, referiu que estará sempre ao lado e disponível para acolher as pessoas em situação de vulnerabilidade social seja através das medidas de emprego ou de outros programas, para que estas sejam integradas e que tenham melhores condições de vida.-----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, referiu que relativamente às respostas no âmbito da sua intervenção apraz-lhe mencionar que a senhora Presidente teve algumas abordagens que não foram as mais corretas. Referiu estar no Executivo há dois anos não sendo a sua pessoa que vai indicar o que é que a senhora Presidente deve fazer ou dizer, sendo que cada um fará a oposição que entende realçando que da parte da sua pessoa tem tido a oposição que entende ser devida e que a tem feito com sentido construtivo. Referiu que iniciou a sua intervenção mencionando

que iria fazer a mesma com alguma ironia no sentido de realçar o facto de quanto mal a situação se encontra, não tendo como objetivo que a senhora Presidente invocasse a memória do senhor José Girão Vitorino, o que de facto considera deselegante, não sendo sua intenção que se fizesse naquela zona uma jardim exótico, sendo apenas para reiterar a necessidade desta zona ser prioritária no âmbito das limpezas dentro da vila. -----

-----Quando falou da situação do empresário apenas o fez pelo facto de o mesmo ter manifestado que a proposta que apresentou à Câmara Municipal ainda não teria sido objeto de qualquer comunicação por quem de direito, tendo apenas reportado a mesma pelo simples facto da existência de serviços que podem ser efetuados por empresas do ramo que têm a sua sede no concelho, bem como pela iniciativa de ainda existirem pessoas com capacidade para investirem e criarem o seu próprio emprego e também postos de trabalho. Referiu não ser sua intenção menorizar as pessoas que recorrem a medidas de emprego sendo que se o fazem é porque não existem mais alternativas entendendo que recorrer à Câmara Municipal é talvez o último recurso das pessoas para trabalharem com alguma dignidade, reconhecendo o trabalho da Câmara Municipal nesta área. Referiu que também sabe reconhecer o trabalho que é feito pela Câmara Municipal referindo ser exemplo disso o trabalho de limpeza que foi efetuado no Vale do Ceira. -----

-----Por último, referiu que questionou a pessoa que se encontra a explorar a Casa da Natureza do porquê de ainda não ter reaberto o estabelecimento, tendo a mesma explicado as suas razões as quais considera que são perfeitamente entendíveis, uma vez que quem tem uma porta aberta tem de perceber do dinheiro que entra e daquele que tem de sair e se, efetivamente, valerá a pena ter a porta aberta. Referiu ainda que se tem que se ter em conta se é viável o estabelecimento estar aberto com das limitações no âmbito do COVID-19 para que se possa concluir que se consegue sustentar o negócio. Referiu que a pessoa que se encontra a explorar este espaço comercial é de facto a mais indicada para prestação dos devidos esclarecimento.-----

-----A senhora Presidente referiu que após o lançamento do concurso para concessão de exploração da Casa da Natureza e de o mesmo não ter tido qualquer opositor ficou

conteúdo quando foi apresentada uma proposta para a exploração deste espaço. Porém, conforme a sua pessoa se disponibilizou para receber as pessoas que estariam interessadas na exploração deste espaço, deveriam as mesmas terem também se disponibilizado para informar a Câmara Municipal e apresentar os motivos para não reabrir este espaço, realçando o facto de não haver qualquer tipo de incumprimento pelo concessionário.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO-----

-----a) Usou da palavra a senhora Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata referindo que algumas questões que desejava colocar já foram previamente esclarecidas sendo exemplo disso a abertura da esplanada da Fazenda Avó Thomázia, na Praia Fluvial da Peneda, porquanto tem ouvido na opinião pública e lido nas redes sociais algumas críticas que em nada abonam a favor da Câmara Municipal, pelo que desejava ter conhecimento das razões para que a abertura deste espaço somente se fizesse somente no dia de hoje, facto que se congratula por ser uma mais valia para a referida Praia Fluvial e, conseqüentemente, para Góis. Referiu que efetivamente o período de Pandemia que o país atravessa veio naturalmente fazer com que alguns procedimentos não tivessem a celeridade que habitualmente têm facto que é compreensível para a sua pessoa.-----

-----Um outro assunto que desejava que fosse esclarecido era a reabertura do estabelecimento Casa da Natureza, apesar de estar a ser explorado por um particular trata-se de um espaço propriedade da Câmara Municipal, pelo que entende que se possível deve ser prestada informação sobre o mesmo.-----

-----Um outro assunto que também desejava expor era efetivamente a situação dos transportes públicos que servem o concelho, realçando ser sua sugestão que as viaturas da Câmara Municipal fizessem ligação ao transporte público que está a substituir o Metro Mondego no sentido de ser mais uma opção para quem nos deseja visitar e também para os munícipes que têm necessidade de se descolar para fora do concelho através da rede de transporte público. -----

-----Um outro assunto que já fez alusão em anterior reunião da Câmara Municipal foi a

necessidade de colocação de betuminoso no Loteamento do Carvalhal, junto ao Campo de Ténis, sendo que reiterou essa mesma questão uma vez até à data ainda não se verificou qualquer tipo de intervenção, realçando que o que foi prometido deverá ser cumprido.-----

-----b) Usou da palavra o senhor Nuno Miguel Almeida Alves referindo que estando encerrada a infraestrutura existente na zona fluvial do Pêgo Escuro seria importante que se providenciasse sanitários amovíveis para usufruto de quem desfruta ali no seu lazer. Referiu que estamos numa época em que os espaços de lazer junto ao rio são bastante frequentados, pelo que seria de todo importante no acesso ao açude existente no Parque do Cerejal, na parte de cima, fossem colocados uns degraus para que os banhistas possam entrar/sair em segurança no rio, bem como a colocação de umas grades que se encontram no local fora do sítio.-----

-----A senhora Presidente relativamente às questões colocadas pela senhora Lourdes Barata referiu que quanto ao Loteamento do Carvalhal, junto ao Campo de Ténis, cumpriu com o que tinha assumido, ou seja, efetuar a requalificação dos muros ali existentes, sendo que para a zona ter um melhor aspeto prometeu que quando houvesse oportunidade seria colocado o betuminoso, sendo que brevemente será o mesmo colocado, tendo para o efeito apresentado o porquê da demora da realização deste trabalho. Relativamente à esplanada da Fazenda da Avó Thomázia referiu que no mês de dezembro de 2019 com as intempéries a infraestrutura de apoio ao Bar ficou bastante danificada não sendo possível a reparação da mesma, tendo sido os danos objeto de levantamento para que a Câmara Municipal apresentasse uma candidatura a fim de ser ressarcida dos prejuízos causados. Porém, referiu que não se poderá aguardar pelo financiamento porquanto o mesmo tem um timing que vai muito além do período em que estamos, sendo que no mês de março entramos em estado de emergência devido à Pandemia COVID-19 sendo que tanto este investimento com outros naturalmente que se atrasaram não havendo condições para que as empresas pudessem disponibilizar os produtos necessários, algumas destas em situação de layoff, sendo que após 18.05.20 é que foram tomadas medidas para abertura de alguns estabelecimentos comerciais.

Referiu que a Câmara Municipal investiu numa infraestrutura dentro das suas possibilidades orçamentais para que fosse possível o espaço estar aberto ao público, tendo havido um conjunto de trabalhos in loco para que o bar pudesse funcionar nomeadamente a colocação de rede elétrica por parte da EDP, rede de saneamento, bem como outros trabalhos para embelezar ainda mais toda esta zona. Acrescentou que para além destes trabalhos nesta zona, foram outros executados da parte de cima do açude que ficou bastante danificada tendo para o efeito elencado os mesmos. -----

-----Relativamente às questões que são colocadas à munícipe sobre a Casa da Natureza referiu que no site da Câmara Municipal está patente o contrato onde poderão verificar o clausulado, sendo que uma outra hipótese é questionar a sócia gerente para que proceda aos devidos esclarecimentos. Referiu que presentemente quem está a explorar este espaço está a cumprir com a Câmara Municipal, sendo pena o mesmo ainda não ter sido reaberto. Acrescentou que existem alguns interessados em explorar este espaço, porém presentemente não se verifica qualquer incumprimento.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor Nuno Alves referiu subscrever inteiramente a mesma, salientando ter lançado o desafio à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Góis que caso não se preveja a abertura das instalações a Câmara Municipal está disponível para assegurar a limpeza dos sanitários propriedade da Junta de Freguesia de Góis. Relativamente as situações apontadas no Cerejal irá dar indicação aos serviços para verificação das mesmas.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e três de junho do ano de 2020, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

3.2 – AUTOMÓVEL CLUBE DE PORTUGAL CLÁSSICOS/500 MILHAS ACP 2020 – A senhora Presidente informou que o Automóvel Clube de Portugal Clássicos pretende realizar nos dias 11 e 12 de setembro do ano curso, a prova maratona denominada de 500 Milhas

ACP 2020, pelo que em comunicação remetida à Câmara Municipal, no p.p. dia 03.07.20, solicitaram autorização para a passagem do percurso no concelho de Góis da referida prova desportiva.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, em conformidade com a alínea b) do ponto 6., do artigo 52º artigo do Regulamento das Atividades Diversas, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à passagem da referida prova desportiva no concelho.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.3 – CAMPANHA DE ESTERILIZAÇÃO GRATUITA DE ANIMAIS DE COMPANHIA/PROPOSTA – Foi presente a proposta de Campanha de Esterilização Gratuita de Animais de Companhia, apresentada pelo senhor Rui Pedroso, Médico Veterinário Municipal. -----

-----A senhora Presidente referiu que no âmbito da reunião realizada sobre o assunto em análise convidou o senhor Dr. Rui Pedroso, Médico Veterinário Municipal, para apresentar a proposta.-----

-----Dada a palavra, o senhor Dr. Rui Pedroso referiu que apresentou a proposta de que o Município de Góis faça uma Campanha de Esterilização Gratuita de Animais de Companhia em virtude da Lei nº 6615/2020, de 25.06, disponibilizar um montante até 15.000€, por Município, o qual somente é reembolsado de acordo com o número de cirurgias que serão realizadas. Neste sentido, referiu que a sua proposta é no sentido de a Câmara Municipal de Góis lançar uma Campanha de Esterilização Gratuita de Animais de Companhia, sendo que de acordo com a dimensão do concelho é sua proposta que ao valor disponibilizado pelo Governo para cada animal a Câmara Municipal assumira a diferença entre cada valor da cirurgia. Referiu que para ter o alcance sobre os animais vadios e errantes, sobretudo os gatos, é requisito obrigatório a Câmara Municipal disponibilizar a identificação eletrónica, a vacinação antirrábica e o registo do SIAC (Sistema de Informação de Animais de companhia), ou seja, esta verba somente é reembolsável perante a apresentação destes requisitos. Mais referiu que para a Câmara Municipal ser reembolsada naquele valor, até ao valor de 15.000€, os animais terão que ter os requisitos legalmente impostos, não sendo possível a captura dos animais errantes,

esterilizados e colocá-los novamente na via pública sem detentor. Acrescentou, que nos municípios onde presta os seus serviços tem tido como procedimento a ligação com as Freguesias, uma vez que à priori já têm as colónias identificadas. Tendo em conta a data colocada na referida legislação para cumprimento dos procedimentos, disponibilizou-se para realizar todas as démarches entre as entidades envolvidas no processo, sendo que a divulgação é a parte mais importante em todo este processo no sentido de fazermos chegar a informação ao mais número possível de munícipes, uma vez que somente só haverá apoio se houver 25 animais mensais, pelo que não se conseguir chegar a este número a Câmara Municipal não será reembolsada deste valor. -----

-----A senhora Presidente referiu que da reunião realizada e da informação reportada pelo senhor Chefe do GAP é necessário uma candidatura.-----

-----Dada a palavra, o Dr. Rui Pedroso referiu que a inscrição é realizada através de correio eletrónico tendo-se disponibilizado para submeter a mesma, sendo que após dois dias úteis a Câmara Municipal está apta a dar início ao procedimento. Referiu que também terá de ser realizado um protocolo com o Centro Médico Veterinário da Região. Mais referiu que também é sua proposta que a Campanha se inicie a 15 de agosto e termine a 30 de outubro do ano em curso. -----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo congratular-se com esta iniciativa uma vez que a legislação já se encontra em vigor há dois anos sendo que finalmente surge no concelho de Góis, salientando que por várias vezes interveio no sentido de que fizesse uma campanha de esterilização de animais errantes, pelo que é de louvar esperando que seja uma iniciativa de sucesso. Porém, referiu que a proposta refere que a campanha é direcionada a animais de companhia, mas pode-se subentender que estes são animais errantes.-----

-----Sobre esta questão o Dr. Rui Pedroso referiu que é dada essa prioridade, porém também os animais de companhia fazem parte deste processo, uma vez que se não for dada essa possibilidade a campanha pode não ter o impacto que se deseja desejamos.---

-----O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu que uma outra questão é no âmbito da operacionalização deste assunto mencionando que a legislação

refere que os animais se encontram no Centro de Recolha sendo que posteriormente se não forem reclamados irão para adoção. Quanto à recolha de gatos referiu que irá haver alguma dificuldade na captura destes, questionando se a recolha é realizada pela Câmara Municipal e posteriormente à esterilização os animais serão novamente colocados onde foram capturados.-----

-----Dada a palavra, o Dr. Rui Pedroso disponibilizou-se a participar na captura dos animais errantes, sendo que pela sua experiência há municípios que foram os próprios munícipes a capturar estes e a levá-los aos Centro de Atendimento.-----

-----O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio colocou o exemplo de alguns animais errantes que são alimentados por particulares, estes necessitam da intervenção, porquanto se reproduzem e colocam em perigo a saúde pública, dificilmente essas pessoas irão proceder à sua captura. Questionou se após a intervenção os animais são novamente colocados nos sítios onde foram capturados.-----

-----Dada a palavra, o Dr. Rui Pedroso referiu que por esse mesmo facto se disponibilizou a participar na captura dos animais, tendo para o efeito apresentado alguns exemplos de alguns procedimento que tomou em outros municípios. Referiu que efetivamente após a esterilização os gatos irão ser novamente colocados no local, sendo que a esterilização tem como objetivo principal a não reprodução.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia que questionou se após a esterilização dos animais errantes é suposto que alguém fique responsável pelos mesmos, caso não haja alguém para assumir essa responsabilidade se esta será da Câmara Municipal.-----

-----Dada a palavra, o Dr. Rui Pedroso referiu que não ficará a Câmara Municipal responsável. Referiu que em termos práticos a parte mais morosa neste processo é a sua pessoa no terreno alertar e sensibilizar quem alimenta os animais errantes que ao não assumir a responsabilidade dos mesmos, mas continuando a alimentá-los não será solução para o problema, mas sim agravá-lo-á.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que a sua questão se prendia com o facto de quem seria responsável pelo transporte dos animais

para os Centros de Atendimento, porém na sequência das questões apresentadas pelo senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio já foi prestado o devido esclarecimento.-----

----Dada a palavra, o Dr. Rui Pedroso referiu deixar à consideração de Câmara Municipal que nas situações de um maior número de animais e quando as pessoas não têm veículo próprio para deslocação dos mesmos, a Câmara Municipal suportar o custo do transporte de ida/volta ao Centro Médico Animal. -----

----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues felicitando a iniciativa esperando que a mesma tenha sucesso.-----

----O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu que para que a Campanha de Estilização Gratuita tenha sucesso deverá a mesma ser bastante divulgada, pelos vários meios comunicativos, bem como pessoalmente junto de quem tem como prática alimentar diariamente os animais de rua.-----

----A senhora Presidente propôs que o senhor Dr. Rui Pedroso monitorize todo este processo, coadjuvado pelos trabalhadores da Câmara Municipal senhora Eng.ª Helena Pedruco e pelo senhor José Nunes. -----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Campanha de Esterilização Gratuita de Animais de Companhia, no período de 15.08.2020 a 31.10.20.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.4 – REQUALIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ANTÓNIO FRANCISCO BARATA/INTERVENÇÃO NA COBERTURA – A senhora Presidente sobre o assunto em questão referiu que é apenas para que o Executivo tenha conhecimento do processo, nomeadamente da alteração que este sofreu ao nível da intervenção na cobertura, tendo dado a palavra ao senhor Vereador Mário Barata Garcia para proceder aos devidos esclarecimentos.-----

----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que a alteração realizada foi somente ao nível técnico pelo que não irá produzir efeitos no resultado final.-----

----A senhora Presidente questionou se a referida alteração estava prevista no caderno

de encargos.-----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA referiu que o caderno de encargos previa fazerem os muretas de alvenaria sendo que os mesmos iriam sobrecarregar a placa existente, tendo a empresa sugerido pelo mesmo preço, a alteração para uma estrutura de suporte em perfis metálicos ómega.-----

-----A senhora Presidente questionou a senhora Chefe da DGUPA como é que a empresa prova que fará essa alteração pelo mesmo preço, ou seja, pelo preço constante no caderno de encargos. Referiu que a empresa apresentou a proposta de alteração, questionando se foi realizado uma avaliação técnica e financeira por parte da Câmara Municipal para avaliar a referida proposta.-----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA referiu que foi feita uma avaliação técnica por se entender que a alteração proposta iria aliviar a sobrecarga provocada pela construção dos muretes de alvenaria sobre a laje do teto do edifício, não tendo sido realizada uma avaliação a nível económico.-----

O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que tecnicamente a alteração proposta é mais vantajosa para a estrutura do edifício não alterando o resultado final que se pretende.-----

-----A senhora Presidente referiu que quem deveria ter feito a comunicação da referida alteração seria quem é responsável pela fiscalização da obra e não uma Técnica ao serviço da empresa. Referiu que, no dia de hoje, irá efetuar uma visita à obra, sendo que irá solicitar que a empresa apresente um estudo financeiro no sentido de que se perceba que o valor que estava acautelado no caderno de encargos é exatamente o mesmo valor e não irá haver qualquer prejuízo para a Câmara Municipal, agradecendo que a senhora chefe da DGUPA faça também esse trabalho.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.5 – APIN/ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ALVAIÁZERE, ANSIÃO, CASTANHEIRA DE PERA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, GÓIS, LOUSÃ, PAMPILHOSA SERRA, PEDRÓGÃO GRANDE, PENACOVA, PENELA, VILA NOVA DE POIARES E A APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR,

E.I.M., S.A. PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao Protocolo celebrado entre os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela, Vila Nova de Poiares e a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. para a Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, a qual se consubstancia na prorrogação do período transitório até 31.12.2020, inicialmente previsto até 30.06.2020.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.6 – APIN - MANUAL DE PROCESSOS DE LOTEAMENTO – A senhora Presidente referiu que a APIN procedeu à elaboração de um Manual de Processos de Loteamento, tendo para o efeito solicitado que o Município de Góis se pronunciasse sobre o mesmo. Neste sentido, referiu que o documento foi analisado pela senhora Chefe da DGUPA no sentido de que pudesse acrescentar ou apresentar algumas sugestões para melhorar o documento, pelo que deu a palavra à senhora chefe da DGUPA para se pronunciar.-----

-----Dada a palavra, a senhora chefe da DGUPA referiu que o Manual de Processos de Loteamento tem como objetivo descrever as normas de elaboração dos processos de loteamento e obras de urbanização no que respeita às redes de Águas de Abastecimento e Águas Residuais Domésticas, documentação necessária, bem como os desenhos tipo a adotar, aplicando-se aos clientes e colaboradores da APIN. De seguida, referiu que da análise apresentou algumas propostas para melhoria do documento, tendo para o efeito elencado as mesmas para que o documento fique mais completo.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que desejava alguns esclarecimentos, tendo apresentado que na parte de instrução do processo refere que o *“promotor deverá solicitar o parecer prévio da APIN (...) acompanhado de duas coleções do processo em papel (uma para o município e outra para a APIN) e uma digital com o processo completo”*, sendo sua questão se este procedimento

já era anteriormente praticado. Uma outra questão é relativa ao ponto 6.2.10. Esclarecimentos em que refere que *“Para esclarecimentos técnicos relacionados com os processos de loteamento, poderá ser solicitada entrevista com a equipa técnica da APIN que se encontra disponível, sendo necessária marcação prévia.”*, questionando se os esclarecimentos não poderão se efetuar por contacto telefónico.-----

-----Dada a palavra a senhora chefe da DGUPA referiu que quanto à primeira questão anteriormente já estava prevista a entrega de dois exemplares. Quanto à segunda questão referiu que o “poderá ser solicitada uma entrevista” apenas é uma alternativa para que se verifique presencialmente o projeto no sentido de prestar os necessários esclarecimentos.-----

-----A senhora Presidente agradeceu a análise realizada pela senhora Chefe da DGUPA e seus colaboradores, bem como os contributos apresentados para melhoria do documento.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.7 – PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE/NUNO MIGUEL

SILVA FERNANDES – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 18.06.2020, relativa a pedido de licenciamento para colocação de publicidade, requerida por Nuno Miguel Silva Fernandes, Av. Eng. Augusto Nogueira Pereira, freguesia de Góis.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que em anterior reunião da Câmara Municipal quando foi deliberado a isenção de pagamento de taxas por ocupação do domínio público com esplanadas de restauração e similares, fez referência a que uma outra medida de apoio aos empresários do concelho seria também a isenção do pagamento da taxa para colocação de publicidade, pelo que sugeriu que o Executivo delibere nesse sentido relativamente ao assunto em questão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supramencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o licenciamento de colocação de publicidade.-----

-----Mais deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de taxas todas as empresas com sede no concelho de Góis que solicitem licenciamento para colocação de publicidade

e propaganda a implantar no domínio público do concelho de Góis, nos meses de março a dezembro de 2020.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.8 – EDP/REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o seguinte orçamento para ampliação da Rede de Iluminação Pública:-----

-----a) Local: Rua Aristides Lopes – Favacal – Casal de Barro, freguesia de Alvares e concelho de Góis, no montante de 325,34€.------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.9 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/CARLA SUSANA LOPES ANTUNES – A senhora Presidente informou que, de acordo com a informação do senhor Dr. Hélder Pereira Antunes, datada de 01.07.2020, a requerente Carla Susana Lopes Antunes, na qualidade de solicitadora e em representação do proprietário, com o NIF 198379412, vem solicita a emissão de parecer favorável à constituição do prédio rústico inscrito na matriz rústica de Vila Nova do Ceira, sob o número 1543, confronta a Norte com Henrique Paiva, a Sul com caminho; Nascente com Amadeu Martins; Poente com Emídio Garcia Ferreira.-

-----Trata-se de um pedido de parecer nos termos art.º 54º da Lei nº 91/95 de 02.09, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23.08. O requerimento vem instruído com informação bastante para fundamentar o pedido, designadamente, a caderneta predial do respetivo artigo e ainda os termos de responsabilidade do promotor (BUPI) relativo ao artigo rústico, bem como cópia do contrato promessa de compra e venda, declaração sob compromisso de honra de não parcelamento físico por parte dos adquirentes comproprietários.-----

-----Segundo a Lei, atrás referida só pode ser emitido parecer desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação do regime legal de loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.-----

-----Assim sendo, parece que o objetivo do legislador terá sido o de possibilitar o controlo sobre o parcelamento físico ou jurídico dos prédios rústicos, desde logo quando tal

parcelamento contrarie o regime legal dos loteamentos ou dele derivem parcelas sem qualquer rendibilidade económica, como poderá acontecer, a título meramente exemplificativo, nas seguintes situações:-----

-----a) Quando da compropriedade resulte o parcelamento, ainda que apenas físico, de prédio rústico localizado fora do perímetro urbano, com o objetivo de se destinar a edificação, por contrariar a regra da localização prevista no art.º 41º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16/12, com a redação em vigor, exceto se for um caso subsumível de destaque;-----

-----b) Quando, ainda que não seja para construção, resultante de um elevado número de compartes, a criação de parcelas não viabilizem qualquer exploração económica;-----

-----c) Quando, mesmo dentro do perímetro urbano, o parcelamento em questão contrarie um qualquer instrumento territorial.-----

-----A senhora Presidente referiu que a informação menciona que estamos perante uma situação que não pretende dissimular um parcelamento físico nem violar o regime legal de loteamentos urbanos, pelo que poderá ser deferida a pretensão dos requerentes.----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo com a informação supra referida, deliberou, por unanimidade, autorizar a constituição da referida compropriedade.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.10 – OBRAS PARTICULARES/COOPERATIVA SOCIAL E AGRO-FLORESTAL DE VILA NOVA

DO CEIRA, CRL, - Foi presente a informação da DGUPA, datada de 08.07.2020, relativa a recuperação e ampliação das Casas da Costeirinha destinadas a empreendimento turístico em espaço rural, na modalidade de Hotel rural, requerida por Cooperativa Social e Agro-Florestal de Vila Nova do Ceira, freguesia de Vila Nova do Ceira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos de especialidades.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.11 – OBRAS PARTICULARES/ADVANCED GREEN – ENGENHARIA NATURAL E URBANA,

LDA - Foi presente a informação da DGUPA, datada de 25.06.2020, relativa a construção

de armazém, requerida por ADVANCED GREEN – Engenharia Natural e Urbana, Lote 3 Zona Industrial de Várzea Pequena, Vila Nova do Ceira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.12 – OBRAS PARTICULARES/AIRES SIMÕES FELIZARDO - Foi presente a informação da DGUPA, datada de 04.06.2020, relativa a alteração da cobertura de habitação, requerida por Aires Simões Felizardo, Amioso do senhor, freguesia de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de especialidades (rede de águas pluviais).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.13 – OBRAS PARTICULARES/JOSÉ MARIA FERREIRA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 06.07.2020, relativa a reconstrução e mudança do uso de edificação, requerida por José Maria Ferreira, Roda Cimeira, freguesia de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.14 – PROC. 2018/500.10.408/2/AUTO DE VISTORIA – A senhora Presidente referiu que relativamente ao processo em causa que a senhora Chefe da DGUPA informou que já foi feita a notificação prévia da decisão tomada por deliberação da Câmara Municipal sendo que os presumíveis proprietários não deram qualquer resposta, nem cumprimento à deliberação do Executivo para seguimento do processo conforme previsto no RJUE, pelo que de acordo com o disposto no nº 1, do artigo 91º do RJUE, é proposto que a Câmara Municipal delibere sobre a posse administrativa do imóvel em causa.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, mencionando que mais uma vez a vistoria foi realizada numa data, o auto lavrado passado um ano, e vem à reunião de Câmara um ano depois, prática que já anteriormente referiu não ser correta, pois viola o disposto no n.º 4 do art.º 90º do RJUE, que determina que “ da

vistoria é lavrado imediatamente auto...”. Contudo votará favoravelmente este ponto, por entender ser uma decisão urgente em face do estado de degradação do imóvel.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e ao abrigo do nº 1 do 91º do RJUE, deliberou, por unanimidade, tomar a posse administrativa do prédio para execução coerciva e imediata das obras preconizadas no presente auto, ou seja, a demolição total do edifício, para garantia da segurança de pessoas e bens, arranjo estético, salubridade e saúde pública.-

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.15 – 10ª ALTERAÇÃO (PERMUTATIVA) AO ORÇAMENTO/ANO DE 2020 – Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis nos. 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 10ª alteração (Permutativa) ao Orçamento Municipal para o Ano de 2020, que importa na parte da despesa, em 160.075,00€ (cento e sessenta mil e setenta e cinco euros) tanto nos reforços, como nas anulações, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.16 – 6ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO DE 2020 – Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs. 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 6ª alteração às Grandes Opções do Plano para o Ano de 2020, que importa que importa em 70.800,00€ (setenta mil e oitocentos euros), nos reforços, cuja cópia constitui o Anexo II da presente Ata.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.17 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia oito de julho do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo III da presente Ata.-----

3.17.1 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GÓIS – A



Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de dez mil euros, cuja finalidade é o apoio mensal à atividade corrente.-----

3.17.2 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GÓIS – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de dois mil euros, cuja finalidade é o apoio ao funcionamento da Equipa de Intervenção Permanente (EIP) ao abrigo do Protocolo tripartido celebrado entre o Município, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis e a Autoridade Nacional de Proteção Civil – 50% do subsídio de férias.-----

3.17.3 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GÓIS – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de mil euros, cuja finalidade é o apoio no âmbito das despesas do COVID-19.-----

3.17.4 – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRA SERRA – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, da senhora Presidente, do senhor Vice-Presidente e dos senhores Vereadores José Alberto Domingos Rodrigues e António Rui de Sousa Godinho Sampaio, e um contra, da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, aprovar a referida transferência corrente, no montante de seis mil e quinhentos euros cuja finalidade é o apoio ao funcionamento de projetos diversos e apoio nas parcerias (Ex: programa de medidas de emprego).-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz apresentou a seguinte declaração de voto: “O seu voto contra consubstancia-se pelo facto da candidatura desta Entidade, de acordo com a informação técnica que acompanhou o Mapa de Transferências Correntes, não se encontra em conformidade com o Regulamento Municipal de Concessão de Subsídios.”-----

3.17.5 – ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E RECREATIVA DE GÓIS – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente

no montante de quatro mil euros, cuja finalidade é o apoio/comparticipação ao funcionamento das diversas seções da instituição.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, i.e., *“Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, tenham interesse em questão semelhante à que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pela alínea anterior”*, o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio não participou na votação da atribuição do subsídio.-----

3.17.6 – LOUSITÂNEA – LIGA DOS AMIGOS DA SERRA DA LOUSÃ – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de dois mil euros cuja finalidade é o apoio ao funcionamento conforme descrito na memória descritiva que integra a candidatura ao Regulamento Municipal de Concessão de Subsídios.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.18 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências de capital, datado do dia oito de julho do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo IV da presente Ata.-----

3.18.1 – FREGUESIA DE VILA NOVA DO CEIRA – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de cinco mil euros, cuja finalidade é o apoio de 50% na obra de alargamento da Rua do Caracol.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.19 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia treze de julho do ano em curso, no montante de um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: AUTOMÓVEL CLUBE DE PORTUGAL CLÁSSICOS/500 MILHAS ACP 2020; CAMPANHA DE ESTERILIZAÇÃO GRATUITA DE ANIMAIS DE COMPANHIA/PROPOSTA;



APIN/ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ALVAÍZERE, ANSIÃO, CASTANHEIRA DE PERA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, GÓIS, LOUSÃ, PAMPILHOSA SERRA, PEDRÓGÃO GRANDE, PENACOVA, PENELA, VILA NOVA DE POIARES E A APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, E.I.M., S.A. PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS; PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE/NUNO MIGUEL SILVA FERNANDES; EDP/REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/CARLA SUSANA LOPES ANTUNES; OBRAS PARTICULARES/ COOPERATIVA SOCIAL E AGRO-FLORESTAL DE VILA NOVA DO CEIRA, CRL,; OBRAS PARTICULARES/ADVANCED GREEN – ENGENHARIA NATURAL E URBANA, LDA; OBRAS PARTICULARES/AIRES SIMÕES FELIZARDO; OBRAS PARTICULARES/JOSÉ MARIA FERREIRA; PROC. 2018/500.10.408/2/AUTO DE VISTORIA; 10ª ALTERAÇÃO (PERMUTATIVA) AO ORÇAMENTO/ANO DE 2020; 6ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO DE 2020; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, pelas treze horas e vinte cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
